



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680302 - SC (2021/0219736-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : MARLO ALMEIDA SALVADOR E OUTRO
ADVOGADOS : MARLO ALMEIDA SALVADOR - SC035966
WENDELL SERGIO MONTEIRO DE MELO - AP003599
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : GILBERTO SCHLOGL
CORRÉU : EMERSON HATSCHBACH
CORRÉU : ANGELA TERESA BORK ROESLER
CORRÉU : ANTONIO OSMAR FUCKNER
CORRÉU : CELSO DOS SANTOS
CORRÉU : EDINOR VILMAR VEIGA
CORRÉU : IVO ROSANDRO SAIDOK
CORRÉU : JONAS PSCHIEDT
CORRÉU : MARIO NORBERTO BARTNIAK
CORRÉU : NEWILLO HATSCHBACH
CORRÉU : PATRICIA HATSCHBACH
CORRÉU : PAULO TOBIA
CORRÉU : RUBENS ANTONIO BLASKOWSKI
CORRÉU : SILVIA MARIA DA SILVA
CORRÉU : RENATO WASTHNER DE LIMA
CORRÉU : ADRIANO ANTONIO MININI
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GILBERTO SCHLOGL em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 003170-06.2013.8.24.0058).

O paciente foi condenado à pena privativa de liberdade de 4 anos, 1 mês e 23 dias de reclusão, por infração ao art. 317, § 1º, do Código Penal, assim como a pena de 1 ano e meses de reclusão, por infração ao art. 288 do Código Penal, totalizando 5 anos, 5 meses e 23 dias de reclusão e 18 dias-multa, por força do concurso material. Condenação mantida em segundo grau.

Os impetrantes sustentam que é o caso de extinção da punibilidade pela

superveniência da prescrição da pretensão punitiva estatal intercorrente relativa ao crime de formação de quadrilha. Alega, ainda, desproporção na aplicação da pena-base quando foi aplicada circunstância judicial de forma equivocada quanto ao crime previsto no art. 317do CP.

Por fim, questiona a condenação do paciente pela majorante do §1º do art. 317 do Código Penal, ao defender a impossibilidade de se impor pena para além do que postulado pela acusação. Assevera que estão presentes os requisitos necessários para concessão da medida liminar, *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*.

Requerem , liminarmente, o deferimento da medida de urgência para suspender eventual cumprimento de pena decorrente da ilegal condenação imposta, até o julgamento do mérito da presente ordem. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja declarada extinta a punibilidade do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente